



Rede Agreste de Agroecologia de Pernambuco – REAGRO

**NOTA DE DENÚNCIA SOBRE O DESMONTE DA ZONA RURAL DE
GARANHUNS PELO PROJETO DE LEI (PL) QUE INSTITUI A
OUTORGA ONEROSA DA ALTERAÇÃO DE USO E PARÂMETROS DO
SOLO**

Garanhuns, 28 de março de 2022

A REDE AGRESTE DE AGROECOLOGIA DE PERNAMBUCO – REAGRO vem manifestar seu repúdio ao Projeto de Lei (PL) que prevê mudanças no Plano Diretor municipal com a ampliação da zona urbana, em detrimento da zona rural, sem maior discussão popular, principalmente da população que sofrerá os impactos negativos. Essas mudanças vão possibilitar a invasão e modificação do ambiente rural de Garanhuns por força da especulação imobiliária, prejudicando famílias rurais, sobretudo, comprometendo suas produções agrícolas, meio e ambientes de vida.

A REAGRO é composta por diversas instituições sociais que atuam no Agreste de Pernambuco, tem foco no Desenvolvimento Sustentável com base na Agroecologia e busca fortalecer a produção de alimentos saudáveis pela agricultura familiar no território do Agreste de Pernambuco; valorizar as práticas ambientalmente sustentáveis; ampliar a construção de saberes próprios da realidade local através de trocas de conhecimentos e promoção da inclusão e justiça social nas relações humanas. Atua visando consolidar algumas situações concretas, tais como: implementação da transição agroecológica nos sistemas convencionais de produção; inclusão das pautas das questões de gênero, geração e cultura; incentivo ao desenvolvimento sustentável, criação e adoção de tecnologias sociais; realização de campanhas em defesa da biodiversidade, apoiando o incremento de experimentações em agroecossistemas e valorizando o bioma caatinga como ambiente a ser considerado para a adoção de tecnologias de convivência com o semiárido.

Na região do Agreste Meridional e, especificamente em Garanhuns, uma das ações mais conhecidas da REAGRO pela população é a AGROFEIRA, um espaço criado para



Rede Agreste de Agroecologia de Pernambuco – REAGRO

fortalecer a produção agroecológica e a oferta à população de alimentos saudáveis, comercializados pelas famílias de agricultores familiares da região.

O Projeto de Lei em questão é uma forte ameaça à continuidade das atividades rurais, pois determina procedimento para aprovação de núcleos urbanos, ou seja, ocupações iguais às daquelas da cidade, dentro da zona rural, sem nenhum cuidado em criar áreas de proteção ambiental ou às atividades de produção rural, independentemente do tamanho da propriedade ou da sua capacidade de produção. Da forma como está apresentada, a alteração do uso rural pelo uso urbano poderá ser feita após o empreendedor imobiliário apresentar os documentos exigidos e realizar pagamento de taxa de outorga (permissão/concessão). Esta será uma realidade no município se o Projeto de Lei for aprovado pela maioria dos Vereadores.

Na data de amanhã, 29/03/2022, às 9h, no Auditório da AESGA, em Garanhuns, acontecerá a 2ª audiência pública sobre o PL e este será um momento muito importante para a população do município discutir o que está posto neste projeto. Vale salientar que só foram programadas duas audiências públicas, em horário comercial e no mesmo lugar (na zona urbana), dificultando ao máximo a participação da população rural. E, é relevante destacar que durante a 1ª audiência, quando instados a ampliar a quantidade de audiências e a modificar horário e local, os representantes da gestão municipal se mostraram irredutíveis sob o pretexto de que Garanhuns não poderia mais esperar.

A criação de núcleos urbanos na zona rural sem mobilizar nem debater amplamente com a população rural sobre essa necessidade, sem se apoiar em conhecimento técnico embasado, sem planejamento estratégico, sem articular com o INCRA nem com as diversas entidades que, como nós, se dedicam a fazer a diferença para esta população sofrida e esquecida pelos governantes, é um ato inadmissível, inaceitável em tempos de diálogos e de gestão pública participativa dentro de princípios democráticos, sendo, portanto, digno de repúdio. Submeter a população rural, especialmente os pequenos produtores, e a qualidade ambiental de suas terras, assim como a qualidade de suas produções aos desejos de um mercado imobiliário, em nome do desenvolvimento que não considera as populações e sujeitos que moram e trabalham no campo e vivem há



Rede Agreste de Agroecologia de Pernambuco – REAGRO

anos nestas áreas rurais, é uma prática que não se pode aceitar, portanto, é importante alertar a população para que não haja abusos e injustiças por parte de quem quer que seja, especialmente, se tratando do Poder Público Municipal.

Diante do que vem acontecendo e da ameaça real aos territórios rurais e sobretudo pela desconsideração da população rural, por parte da Prefeitura, a REAGRO reitera seu inconformismo com este ato absurdo e inaceitável e chama à responsabilidade das autoridades dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Município de Garanhuns, para que se mobilizem a fim de discutir e equacionar essa situação injusta, fazendo com que a Administração Pública corrija os danos ambientais e de infraestrutura já provocados pela Prefeitura às famílias rurais, além de impedir que mais ações nocivas sejam implementadas. Esse é um momento em que não se pode prescindir da inclusão e participação das pessoas, do planejamento participativo e de ampla escuta popular.

Enfim, por questão de justiça e qualificação da gestão pública para tomada de decisão, qualquer ação deve ser fundamentada em dados e pesquisas atualizadas sobre a vida das famílias rurais, suas demandas, qualidade e disponibilidade de recursos, capacidade produtiva instalada e potencial, mecanismos de comercialização - especialmente compras institucionais, a exemplo de programas de compras de alimentos da agricultura familiar, como o PAA e PNAE, conservação ambiental (reservas legais, APP e UCS), situação da perspectiva para a juventude rural, acesso a tecnologias e crédito. Estas e muitas outras medidas inclusivas e de valorização do homem e da mulher do campo são ações estratégicas que se esperam de uma gestão pública comprometida com sua população em suas diversidades e nos princípios democráticos.

Sugerimos, como ponto de partida, que:

1. sejam feitas, após o dia 29/03, mais outras cinco audiências públicas a serem realizadas nos distritos de Iratama, Miracica, São Pedro e mais duas no distrito sede (Garanhuns);
2. haja um reconhecimento da relevância e fortalecimento da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, empoderando a equipe gestora da pasta



Rede Agreste de Agroecologia de Pernambuco – REAGRO

- de maneira autônoma e colocando orçamento e logística para sua operação;
3. proceda-se um diagnóstico abrangente sobre a situação das famílias e do meio ambiente do município de Garanhuns;
 4. seja revisado o Plano Diretor Municipal e, articulado a ele, seja elaborado um Plano Estratégico sobre o uso do solo com foco nos critérios do Desenvolvimento Sustentável que leva em conta os Objetivos do Milênio indicados pela ONU;
 5. que as famílias sejam colocadas como protagonistas no Plano Operacional a ser executado pelo Poder Público, principalmente as localizadas nas áreas rurais, de modo que a melhoria da qualidade de vida seja sentida pela população local;
 6. que seja reestabelecida a condição de órgão “deliberativo” ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - CODEMA, ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável - CMDRS e ao Conselho de Política Urbana - COMPUR, para que possam cumprir seu papel definido por lei sem impedimentos, em prol da ordem e do respeito às condições de crescimento do nosso município, com vistas ao Desenvolvimento Sustentável.

Assinam esta Nota de repúdio ao desmonte da zona rural do município de Garanhuns que terá como um único ganhador a especulação imobiliária, em detrimento do meio ambiente e da qualidade de vida das famílias do campo:

- Articulação Nacional de Agroecologia – ANA;
- Articulação no Semiárido Pernambucano – ASA/PE;
- Associação Agroecológica Quintal Verde;
- Associação Brasileira de Agroecologia (ABA-Agroecologia);
- Associação comunitária de Cerquinha/Angelim;
- Associação Comunitária Nova Cruz;
- Associação dos Docentes da Universidade de Pernambuco - ADUPE;
- Associação Militância Cores da Resistência
- Associação Quilombola do Atoleiro - Caetés;
- Associação Quilombola do Caluête;
- Associação Quilombola do Castanho;
- Banco de Sementes de Angelim;
- Banco Municipal de Sementes de Jucati;



Rede Agreste de Agroecologia de Pernambuco – REAGRO

- Cáritas Diocesana de Garanhuns – PE;
- Cáritas Diocesana de Pesqueira – PE;
- Central Única dos Trabalhadores – CUT Pernambuco;
- Centro Brasileiro de Estudos de Saúde- Núcleo Recife
- Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá – Centro SABIÁ;
- Centro Vocacional Tecnológico de Agroecologia e Produção Orgânica – CVT AGROFAMILIAR – UFAPE;
- Coletivo Pernambucano de Residentes em Saúde- CPRS -;
- Coletivo Ranússia Alves - Marcha Mundial das Mulheres;
- Comissão de Juventude Indígena de Pernambuco - COJIPE;
- Comissão Pastoral da Terra – CPT;
- Comunidade Quilombola de Estivas;
- Comunidades Eclesiais de Base- CEBs
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS de Angelim;
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS de Garanhuns;
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS de Pesqueira;
- Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS de Tupanatinga;
- Cooperativa Mista dos Agricultores Familiares do Vale do Ipanema – COOPANEMA;
- Deputado Estadual pelo Partido dos Trabalhadores de Pernambuco - Doriel Barros;
- Econordeste;
- Escola de Formação Quilombo dos Palmares – EQUIP
- Escola Fé e Política Irmãos Juvenal Bonfim e Gabriel Hofstede;
- Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar – FETRAF;
- Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Pernambuco – FETAPE;
- Federação Única dos Petroleiros-FUP
- Feira Territorial da Agroecologia e da Familiar de Garanhuns – AGROFEIRA;
- Fórum das Juventudes de Pernambuco – FOJUPE;
- Fórum de Economia Solidária de Pernambuco;
- Frente Brasil Popular de Pernambuco;
- Frente Brasil Popular do Agreste Meridional;
- Grupo de Estudos, Sistematização e Metodologia em Agroecologia- GEMA/IPA;
- Incubacoop - UFRPE Campus Dois Irmãos;
- Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Econômicos Solidários AGROFAMILIAR – UFAPE;
- Instituto Manoel Santos;
- Instituto Raízes;
- Laboratório de Ação Clínica e Saúde - LACS/UPE;
- Mãos Solidárias, Cuidam da Terra e Alimentam o Mundo;
- Movimento Brasil Popular- MBP



Rede Agreste de Agroecologia de Pernambuco – REAGRO

- Movimento Camponês e Popular – MCP – PE;
- Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Pernambuco / MMTR-PE
- Movimento de Lutas por Políticas Públicas – MLPP;
- Movimento de Mulheres Olga Benário;
- Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST;
- Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Agroecologia e Agricultura Familiar – AGROFAMILIAR – UFAPE;
- Partido Socialismo e Liberdade – PSOL – Garanhuns;
- Pastoral da Juventude Rural – PJR;
- Programa de Extensão TransVERgente;
- Programa de Extensão Um Pé de Saúde;
- Rede Aroeiras da Saúde da Mulher no Campo e na Cidade;
- Rede de Sementes Crioulas do Agreste Meridional de Pernambuco – Rede SEMEAM;
- Residência Multiprofissional em Saúde Mental com Ênfase no Cuidado do Usuário e da Família (REMUSM)
- Residência Multiprofissional Integrada em Saúde Coletiva com Ênfase em Agroecologia - UPE, IAM/Fiocruz-PE, IPA, UFAPE
- Sindicato das Trabalhadoras Domésticas do estado de Pernambuco - SINDOMÉSTICA/PE;
- Sindicato dos Servidores Públicos de Buíque/PE
- Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Pernambuco- Sindsep/PE;
- Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – SINTRAF – Regional do Agreste;
- Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados, Informática e Tecnologia da informação do Estado de Pernambuco - SINDPD/PE;
- Sindicato dos Trabalhadores na indústria do Petróleo de Pernambuco e Paraíba - SINDIPETRO/PE e PB.
- Sindicatos dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares – STRs;
- SUBVERTA - Coletivo Ecosocialista e Libertário;
- Unidade Popular – UP – Diretório Municipal de Garanhuns;
- Via Campesina Brasil;
- Vinícola Vale das Colinas.